



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

CONCURSO PÚBLICO/2013



Cargo 4: TÉCNICO JUDICIÁRIO – Área: ADMINISTRATIVA

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado nas suas folhas de respostas e de texto definitivo da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno de provas esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, ou quanto aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto da prova discursiva para a respectiva folha de texto definitivo.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.
- 8** Nenhuma folha deste caderno de provas poderá ser destacada.

**NÍVEL
MÉDIO**

**TURNO:
TARDE**

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0 (XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10

1 Mesmo com os avanços na área de segurança, os crimes virtuais, ou *cibercrimes*, continuam causando muitos problemas financeiros, como mostrou um estudo feito pela
4 empresa de segurança Norton no ano de 2012. De acordo com o estudo, somente no Brasil, os prejuízos superam a casa dos R\$ 15 bilhões por ano. No mundo todo, esse valor sobe para
7 cerca de R\$ 220 bilhões. Entre os motivos para esses números expressivos, estão o aumento de ataques a dispositivos móveis e redes sociais e a própria lentidão do sistema no combate aos
10 crimes.

O estudo revela que, com a prosperidade da economia brasileira e a crescente aquisição de computadores e celulares,
13 o Brasil tem-se mostrado um alvo importante para os criminosos, além de se apresentar como origem de grande parte dos ataques no mundo. Nesse quesito, o país está em quarto
16 lugar no ranque mundial, atrás apenas dos Estados Unidos da América, da China e da Índia. A tradição social do país pode contribuir para esse fato, já que sítios de relacionamento como
19 Facebook, Orkut e Twitter são populares também entre os criminosos. Eles conseguem angariar informações pessoais sobre as vítimas e ainda utilizam as plataformas para
22 disseminar ameaças. A pesquisa mostra que os usuários da Internet, em geral, ainda não se preocupam em checar *links* antes de compartilhá-los ou desconectar-se dos sítios ao deixar
25 de navegar neles, e não têm ideia se suas configurações são públicas ou privadas.

A pesquisa indica, ainda, que 30% das pessoas no mundo não pensam sobre o *cibercrime*, por não acreditarem que poderiam ser vítimas desse tipo de ação, enquanto 21% admitem não tomar quaisquer medidas de segurança quando
31 estão *online*. De fato, os usuários nem sequer têm percepção da própria situação: 51% não entendem como funcionam os procedimentos de segurança virtual e não sabem reconhecer se seus sistemas estão infectados, 55% não têm certeza se seu
34 computador está livre de ameaças e 48% utilizam apenas um antivírus básico. A esse respeito, um dos responsáveis pelo estudo afirma: “É como andar rápido em uma rodovia sem um
37 cinto de segurança.” No entanto, ele reconhece que, aos poucos, as pessoas estão se educando: 89% já apagam *emails*
40 suspeitos.

Bruno do Amaral. **Perdas com cibercrimes chegam a R\$ 15 bi no Brasil por ano**. Internet: <<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/>> (com adaptações).

De acordo com as ideias do texto,

- 1 no Brasil, é comum o acesso de criminosos às redes sociais, fato que tem reflexo no número considerável de crimes virtuais praticados no país.
- 2 o fato de o usuário permanecer conectado a um sítio na Internet depois de deixar de navegar em suas páginas pode deixar esse usuário vulnerável a *cibercrimes*.
- 3 o Brasil ocupa a quarta posição mundial no ranque de países-alvo de crimes virtuais.
- 4 a prosperidade da economia brasileira e a crescente aquisição de computadores e celulares no Brasil são responsáveis pelo fato de o país figurar entre as nações que mais sofrem com os prejuízos financeiros provocados por crimes virtuais.
- 5 a morosidade no combate aos crimes está entre as causas do aumento no número de crimes virtuais que lesam a sociedade brasileira.

Julgue os itens que se seguem, relativos às estruturas linguísticas do texto.

- 6 Na linha 30, a alteração da flexão de plural do pronome “quaisquer” para a forma singular — **qualquer** — acarretaria incorreção gramatical ao texto.
- 7 A partícula “se”, tanto na linha 33 quanto na linha 34, introduz circunstância condicional.
- 8 O sentido original e a correção gramatical do texto seriam mantidos, caso a expressão “Mesmo com os” (l.1) fosse substituída por **A despeito dos**.
- 9 O trecho “O estudo (...) criminosos” (l.11-14) poderia, sem prejuízo gramatical ou dos sentidos do texto, ser reescrito da seguinte forma: Com a prosperidade da economia brasileira e a crescente aquisição de computadores e celulares, o estudo revela que o Brasil tem se mostrado um importante alvo para os criminosos.
- 10 O pronome “Eles” (l.20) tem como referente a expressão “sítios de relacionamento” (l.18).

Texto para os itens de 11 a 19

1 O Ministério Público Federal impetrou mandado de
segurança contra a decisão do juízo singular que, em sessão
plenária do tribunal do júri, indeferiu pedido do impetrante
4 para que às testemunhas indígenas fosse feita a pergunta sobre
em qual idioma elas se expressariam melhor, restando incólume
a decisão do mesmo juízo de perguntar a cada testemunha se
7 ela se expressaria em português e, caso positiva a resposta,
colher-se-ia o depoimento nesse idioma, sem prejuízo do
auxílio do intérprete.

10 No caso relatado, estava em jogo, na sessão plenária
do tribunal do júri, o direito linguístico das testemunhas
indígenas de se expressarem em sua própria língua, ainda que
13 essas mesmas pessoas possuíssem o domínio da língua da
sociedade envolvente, que, no caso, é a portuguesa. É que,
conforme escreveu Pavese, só fala sem sotaque aquele que é
16 nativo. Se, para o aspecto exterior da linguagem, que é a sua
expressão, já é difícil, para aquele que fala, falar com a
propriedade devida, com razão mais forte a dificuldade se
19 impõe para o raciocínio adequado que deve balizar um
depoimento testemunhal, pouco importando se se trata de
testemunha ou de acusado.

22 No que interessa a este estudo, entre os modelos
normativos que reconhecem direitos linguísticos, o modelo de
direitos humanos significa a existência de norma na Declaração
25 Universal dos Direitos Humanos, de 1948, da Organização das
Nações Unidas, que provê um regime de tolerância linguística,
garantia essa que não suporta direitos linguísticos de forma
28 específica, isto é, protegem-se, imediatamente, outros direitos
fundamentais, tais como direito de liberdade de expressão, de
reunião, de associação, de privacidade e do devido processo
31 legal, e apenas mediamente o direito linguístico; já o modelo
dos povos indígenas tem por base legal a Convenção n.º 169 da
Organização Internacional do Trabalho, que prevê a proteção
34 imediata de direitos de desenvolvimento da personalidade,
tais como oportunidade econômica, educação e saúde, e,
mediatamente, de direitos linguísticos.

37 A questão jurídica aqui tratada pode enquadrar-se
tanto em um modelo quanto em outro, já que pode ser ela
referida ao direito de liberdade de expressão na própria língua
40 e também ao direito do indígena de falar sua própria língua por
força do seu direito ao desenvolvimento de sua personalidade.
Mas há mais. A Constituição Federal de 1988 (CF) positivou,
43 expressamente, norma específica que protege as línguas
indígenas, reconhecendo-as e indo, portanto, mais além do que
as normas internacionais de direitos humanos. Essa proteção
46 tem a ver com a ideia maior da própria cultura, que se compõe
das relações entre as pessoas com base na linguagem.

Paulo Thadeu Gomes da Silva. **Direito linguístico: a propósito de uma
decisão judicial.** In: *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n.º 9,
p. 183-7, fev./2011. Internet: <<http://6ccr.pgr.mpf.gov.br>> (com adaptações).

A respeito das ideias apresentadas no texto, julgue os itens
seguintes.

11 O autor do texto defende a ideia de que a língua materna dos
depoentes é a mais adequada para ser utilizada por eles em
depoimento testemunhal.

12 Da leitura do terceiro parágrafo do texto, no qual é
mencionado o fato de o regime de tolerância linguística
previsto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos não
suportar “direitos linguísticos de forma específica” (l.27-28),
infere-se que os direitos linguísticos dos indígenas não estão
previstos nesse documento.

13 De acordo com o texto, a Declaração Universal dos Direitos
Humanos e a Convenção n.º 169 da Organização Internacional
do Trabalho dispensam o mesmo tratamento aos direitos
linguísticos.

14 Segundo o texto, no Brasil, a CF é o único documento que
aborda os direitos dos indígenas.

15 De acordo com o texto, a decisão de se perguntar às
testemunhas indígenas se elas se expressavam melhor em
português foi mantida.

Acerca das estruturas linguísticas do texto, julgue os itens
subsecutivos.

16 A posposição do pronome “se” ao verbo em “colher-se-ia”
(l.8) — **colheria-se** — comprometeria a correção gramatical
do trecho.

17 A vírgula logo após o termo “estudo” (l.22), cujo emprego é
facultativo, tem função apenas facilitadora da leitura e do
entendimento do período.

18 Estaria igualmente correta e adequada ao texto a flexão da
forma verbal “possuíssem” (l.13) no tempo presente do
subjuntivo: **possuam**.

19 A substituição da expressão “em qual” (l.5) por **que**
preservaria a correção da estrutura sintática do texto.

1 A transmissão segura de dados sigilosos, que é um
velho e importante problema, continua sendo uma questão
estratégica para qualquer sociedade moderna.

4 Para começar a abordá-la, vejamos de forma
simplificada como as transmissões de dados são feitas de forma
segura atualmente. Suponha-se que uma pessoa deseje fazer
7 uma compra por meio da Internet e pagá-la com o cartão de
crédito. Nesse caso, é necessário enviar os dados pessoais do
comprador e o número do cartão de crédito para a loja.
10 O problema é que, na transmissão, pode haver um espião
conectado à rede, interessado em bisbilhotar a comunicação
para obter os dados pessoais e, principalmente, o número do
13 cartão de crédito do comprador. Para evitar a espionagem, as
lojas virtuais utilizam a criptografia por meio de um método
conhecido como protocolo de chave pública.

16 O computador do internauta comprador irá utilizar
essa chave para codificar — ou encriptar, como se diz no
jargão da informática — as informações pessoais e o número
19 do cartão de crédito. Na prática, isso significa que esses dados
secretos são digitalizados — ou seja, codificados — e, em
seguida, é realizada uma operação lógica que envolve a chave
e os dados secretos. Essa operação lógica é equivalente a uma
22 operação matemática realizada na base binária.

A segurança de se usar a chave pública reside no fato
25 de que qualquer pessoa pode utilizar essa sequência de *bits*
para encriptar (codificar) os dados, mas apenas a loja virtual
que a gerou poderá decodificar (*desencriptar*) os dados. Para
28 realizar a decodificação, é necessário ter uma segunda
sequência de *bits* lógicos — a chamada chave privada — e
fazer uma nova operação binária, envolvendo os dados
31 encriptados e a chave privada. Esta última é chamada privada
porque só aquele que gerou a chave pública consegue produzir
também a chave privada.

34 Se um espião tentasse decifrar os dados encriptados
utilizando um computador moderno, ele levaria muitos anos,
mesmo que dispusesse do computador mais rápido hoje
37 existente. Por isso, esse é o sistema mais utilizado na
atualidade por lojas virtuais de Internet, bancos etc.

Paulo Henrique Souto Ribeiro. **Criptografia quântica: os desafios de gerar códigos invioláveis**. In: *Revista Ciência Hoje*, vol. 47, n.º 277, p. 27-8. Internet: <www.cienciahoje.uol.com.br> (com adaptações).

Com relação às ideias do texto ao lado — de Paulo Henrique Souto Ribeiro — e às estruturas linguísticas nele empregadas, julgue os próximos itens.

- 20 A oração “Para evitar a espionagem” (ℓ.13) denota a finalidade da utilização do protocolo de chave pública pelas lojas virtuais.
- 21 A forma verbal composta “irá utilizar” (ℓ.16) corresponde à forma verbal simples **utilizará**, que poderia ser empregada na oração sem que isso comprometesse a coerência ou correção gramatical do texto.
- 22 O pronome “esse” (ℓ.37) faz referência ao protocolo de chave pública, descrito no terceiro e quarto parágrafos do texto.
- 23 O problema da transmissão segura de dados sigilosos é próprio da sociedade moderna.
- 24 O protocolo de chave pública é, atualmente, um meio eficaz de se promover a comunicação segura de dados sigilosos, de acordo com o texto.
- 25 A correção gramatical e o sentido do texto seriam preservados caso o trecho “Nesse caso (...) a loja” (ℓ.8-9) fosse reescrito da seguinte forma: Nesse caso, são necessários enviar os dados pessoais do comprador e também o número do cartão de crédito à loja.

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens a seguir, relativos ao formato e à linguagem de correspondências oficiais.

- 26 Em documentos oficiais destinados aos desembargadores do TJDF, devem ser empregados o pronome de tratamento **Vossa Excelência** e o vocativo **Senhor Desembargador**, à exceção dos encaminhados ao presidente do tribunal, nos quais deve ser empregado o vocativo **Excelentíssimo Senhor Presidente**.
- 27 Na estrutura administrativa do TJDF, o presidente do tribunal possui a prerrogativa de redigir aviso, documento do padrão ofício destinado a autoridades de mesma hierarquia.

Acerca das correspondências oficiais, julgue os itens seguintes.

- 28 Em regra, as comunicações assinadas pelo presidente da República dispensam a identificação do signatário, à exceção da mensagem, cuja redação deve seguir a recomendação do padrão ofício, segundo a qual, em todas as comunicações oficiais, devem constar o nome e o cargo da autoridade remetente abaixo do local de sua assinatura.
- 29 O memorando, que se caracteriza pela rapidez e simplicidade de procedimentos burocráticos, deve ser redigido sem rebuscamentos acadêmicos e sem linguagem estritamente técnica, aspectos específicos da redação de documentos oficiais mais complexos, como a exposição de motivos.
- 30 Quanto à forma, ofício e memorando seguem o modelo do padrão ofício; entretanto, no ofício, emprega-se o vocativo, que invoca o destinatário; no memorando, consta apenas o destinatário, que deve ser identificado pelo cargo.

Com relação ao ambiente Windows e a aplicativos de edição de textos e de navegação na Internet, julgue os itens seguintes.

- 31 No ambiente Windows, a ferramenta Opções da Internet permite a configuração da *homepage* que será automaticamente aberta toda vez que o navegador de Internet for executado, sendo possível tanto digitar o endereço de uma página quanto usar o endereço da página atual ou de uma página padrão, ou, ainda, deixar a opção em branco.
- 32 No Internet Explorer, a opção de armazenamento de histórico de navegação na Web permite o armazenamento de informações dos sítios visitados e selecionados pelo usuário, de modo que, em acesso futuro, elas sejam encontradas diretamente a partir do menu Favoritos.
- 33 Uma lista de distribuição, ou *mailing list*, é um recurso da Internet que permite, por meio de correio eletrônico, que diversos usuários recebam e enviem mensagens para uma lista, cujas assinaturas são gerenciadas por um servidor de listas.
- 34 Uma URL contém o nome do protocolo utilizado para transmitir a informação ou arquivo e informações de localização da máquina onde esteja armazenada uma página *web*.
- 35 O aplicativo Writer, do BrOffice, utilizado para a edição de textos, não permite a realização de cálculos com valores numéricos, por exemplo, cálculos com valores em uma tabela inserida no documento em edição.

Acerca de redes de computadores e segurança da informação, julgue os itens subsequentes.

- 36 Autenticidade é um critério de segurança para a garantia do reconhecimento da identidade do usuário que envia e recebe uma informação por meio de recursos computacionais.
- 37 *Nobreak* é um equipamento que mantém, durante determinado tempo, em caso de falta de energia elétrica na rede, o funcionamento de computadores que a ele estiverem conectados.
- 38 Nas empresas, um mesmo endereço IP é, geralmente, compartilhado por um conjunto de computadores, sendo recomendável, por segurança, que dez computadores, no máximo, tenham o mesmo endereço IP.
- 39 A criptografia, mecanismo de segurança auxiliar na preservação da confidencialidade de um documento, transforma, por meio de uma chave de codificação, o texto que se pretende proteger.
- 40 *Backdoor* é uma forma de configuração do computador para que ele engane os invasores, que, ao acessarem uma porta falsa, serão automaticamente bloqueados.

A respeito de ética no serviço público, julgue os próximos itens.

- 41 A qualidade dos serviços públicos pode ser verificada quando os servidores públicos exibem condutas embasadas na atualidade, na generalidade e na cortesia, por exemplo.
- 42 No contexto da administração pública, a legitimidade dos atos do servidor público, de acordo com a CF, relaciona-se, entre outros fatores, ao dever de probidade.
- 43 O servidor que se apresenta frequentemente embriagado no serviço comete ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- 44 O servidor que, estando obrigado a prestar contas referentes a recursos recebidos, deixa de fazê-lo incorre em ato de improbidade administrativa passível de demissão do serviço público.
- 45 Os atos típicos de improbidade administrativa restringem-se ao descumprimento do princípio do sigilo e da confidencialidade de informações.

Julgue os itens que se seguem, relativos a aspectos diversos do cenário geopolítico mundial.

- 46 O Brasil advoga, juntamente com outros países, a ampliação do número de assentos permanentes e não permanentes no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, órgão que detém capacidade jurídica para autorizar o uso da força e fazer cumprir suas decisões em caso de ruptura da paz ou de ameaça à paz e à segurança internacional.
- 47 A descoberta de petróleo na camada pré-sal do leito oceânico do litoral brasileiro representou um marco para o desenvolvimento econômico do país e possibilitou o aproveitamento da mão de obra altamente qualificada de que o país dispõe para o trabalho de pesquisa e extração do petróleo nos postos.
- 48 O primeiro-ministro israelense anunciou, recentemente, a construção de um muro de segurança ao longo da fronteira de Israel com a Síria, em decorrência do temor de ataques terroristas e da formação, no país vizinho, com a eventual derrubada do regime sírio, de um Estado islâmico antissionista.

Julgue os itens a seguir, relativos a aspectos econômicos e ambientais do contexto brasileiro e mundial.

- 49 Entre as personalidades que lutam contra a poluição ambiental urbana, destaca-se a ativista cubana Yoani Sánchez, que esteve recentemente no Brasil para divulgar a recomendação da Organização Mundial da Saúde para que se reduzam os índices da poluição urbana, altamente nociva à saúde.
- 50 O sistema elétrico brasileiro é constituído fundamentalmente por usinas hidrelétricas, complementado por usinas térmicas e fontes alternativas de energia, como a eólica, cuja produção apresenta vantagens como a baixa emissão de gases poluentes e a reduzida geração de resíduos, bem como impacto sonoro desprezível e pouca transformação na paisagem.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens que se seguem.

- 51 Partido político poderá receber recursos financeiros de governo estrangeiro, desde que faça a declaração específica desses valores em sua prestação de contas.
- 52 Conforme disposição da CF, será brasileiro nato o filho, nascido em Paris, de mulher alemã e de embaixador brasileiro que esteja a serviço do governo brasileiro naquela cidade quando do nascimento do filho.
- 53 Os recrutados pelas forças armadas não podem alistar-se como eleitores durante o período em que estiverem cumprindo o serviço militar obrigatório.
- 54 Cidadão brasileiro que tiver trinta anos de idade poderá ser candidato a senador, desde que possua pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, filiação partidária e domicílio eleitoral no estado pelo qual pretenda concorrer.

No que se refere à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 55 Os municípios contam com os Poderes Legislativo e Executivo, com cargos para os quais há eleição, na qual votam seus eleitores, mas não com Poder Judiciário próprio.
- 56 A União pode realizar intervenção em municípios localizados nos territórios, mas não pode intervir nos municípios localizados nos estados.
- 57 Mesmo não sendo estado nem município, o Distrito Federal (DF) possui autonomia, parcialmente tutelada pela União.

Acerca do Poder Judiciário, julgue os itens seguintes.

- 58 O Conselho Nacional de Justiça poderá intervir no mérito da atividade jurisdicional exercida pelos juízes.
- 59 A justiça eleitoral é competente para julgar ação civil pública destinada a apurar ato praticado por prefeito que, no decorrer do mandato eletivo, tenha utilizado símbolo que caracterizasse promoção pessoal na publicidade de obras realizadas pela prefeitura.
- 60 O cargo de juiz é vitalício, razão por que seu ocupante somente o perderá por decisão judicial transitada em julgado.

A respeito da administração direta e indireta e dos conceitos de centralização e descentralização, julgue os próximos itens.

- 61 Entidades paraestatais, pessoas jurídicas de direito privado que integram a administração indireta, não podem exercer atividade de natureza lucrativa.
- 62 Quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, por lei, determinado serviço público, ocorre a descentralização por meio de outorga.
- 63 A criação, por uma universidade federal, de um departamento específico para cursos de pós-graduação é exemplo de descentralização.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue o item abaixo.

- 64 Se um particular sofrer dano quando da prestação de serviço público, e restar demonstrada a culpa exclusiva desse particular, ficará afastada a responsabilidade da administração. Nesse tipo de situação, o ônus da prova, contudo, caberá à administração.

Com relação aos atos administrativos, julgue os itens subsecutivos.

- 65 O ato administrativo eivado de vício de forma é passível de convalidação, mesmo que a lei estabeleça forma específica essencial à validade do ato.
- 66 Considere que determinado agente público detentor de competência para aplicar a penalidade de suspensão resolva impor, sem ter atribuição para tanto, a penalidade de demissão, por entender que o fato praticado se encaixaria em uma das hipóteses de demissão. Nesse caso, a conduta do agente caracterizará abuso de poder, na modalidade denominada excesso de poder.

Com base no disposto na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens seguintes.

- 67 O servidor que estiver sendo processado judicialmente pela prática de ato de improbidade somente perderá a função pública após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- 68 As penalidades aplicadas ao servidor ou a terceiro que causar lesão ao patrimônio público são de natureza pessoal, extinguindo-se com a sua morte.

À luz do que dispõe a Lei n.º 9.784/1999, julgue os próximos itens.

- 69 O servidor que estiver litigando judicialmente contra a companheira de um interessado em determinado processo administrativo estará impedido de atuar nesse processo.
- 70 O processo administrativo pode ser iniciado a pedido do interessado, mediante formulação escrita, não sendo admitida solicitação oral.

Em relação às normas sobre prescrição, decadência e negócio jurídico, julgue os itens subseqüentes.

- 71 Negócio jurídico bifronte é o que tanto pode ser gratuito quanto oneroso, cabendo às partes contratantes convencionarem como ele irá ocorrer.
- 72 As mesmas causas que impedem, suspendem ou interrompem a decadência aplicam-se à prescrição.
- 73 Configura simulação relativa o fato de as partes contratantes pós-datarem um documento, objetivando situar cronologicamente a realização do negócio em período de tempo não verossímil.
- 74 Será considerada não escrita, invalidando o negócio jurídico como um todo, cláusula de negócio jurídico que estabeleça um encargo ilícito ou impossível, se esse não for o motivo determinante do ato.
- 75 Ainda que um filho não mais esteja sob o pátrio poder de seu pai, não corre prescrição entre ambos.

Em relação a pessoas jurídicas, pessoas naturais e bens, julgue os itens a seguir.

- 76 O patronímico que alguém recebe refere-se ao nome de família.
- 77 Ao criar uma fundação, processo que pode ocorrer por meio de documento particular, escritura pública ou testamento, o instituidor deverá fazer dotação especial de bens, especificando o fim a que se destinam, e, se assim o desejar, declarando a forma de sua administração.
- 78 São duas as possibilidades de extinção da pessoa jurídica, na forma convencionada nos atos constitutivos ou por determinação judicial, não havendo, no Brasil, possibilidade de extinção de sociedade privada por ato da administração pública.
- 79 Os direitos da personalidade não se aplicam à pessoa jurídica.
- 80 A interdição do pródigo irá restringir-lhe a prática de atos, tanto patrimoniais quanto pessoais.

Acerca de jurisdição e ação no processo civil, julgue os itens subsecutivos.

- 81 De acordo com o princípio da indeclinabilidade, uma vez provocado, o órgão jurisdicional não poderá recusar-se a dirimir litígios, a não ser na hipótese de existência de lacunas na lei aplicável à matéria, hipótese em que julgará improcedente o pedido do autor.
- 82 A jurisdição compreende apenas dois poderes, o poder de coerção, que se manifesta, por exemplo, quando o juiz ordena intimações de partes ou testemunhas, e o poder de decisão, que se manifesta, por exemplo, quando o juiz redige a sentença.
- 83 O interesse de agir é um interesse instrumental, de natureza processual.
- 84 Na jurisdição voluntária não há processo, mas procedimento, ao contrário do que ocorre em relação à jurisdição contenciosa.

Com relação aos sujeitos do processo civil e aos atos processuais, julgue os itens seguintes.

- 85 Ao atuar na defesa do interdito, o Ministério Público (MP) age como representante da parte, e não como *custos legis*.
- 86 Os deveres do juiz incluem a celeridade da prestação jurisdicional.
- 87 O oficial de justiça, no cumprimento de suas obrigações, somente responderá civilmente se praticar ato nulo com dolo.
- 88 Há preclusão consumativa quando o ato processual é realizado, de modo que não poderá ser realizado novamente.
- 89 Segundo o Código de Processo Civil, para efeito de realização dos atos processuais, consideram-se feriados os sábados, os domingos e os dias assim declarados por lei.
- 90 No curso de um processo, para que uma das partes seja substituída basta a expressa autorização da outra parte.

A respeito do direito penal, julgue os itens que se seguem.

- 91 Em relação à menoridade penal, o Código Penal adotou o critério puramente biológico, considerando penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos de idade, ainda que cabalmente demonstrado que entendam o caráter ilícito de seus atos.
- 92 De acordo com o Código Penal, considera-se praticado o crime no momento em que ocorreu seu resultado.
- 93 Considera-se crime toda ação ou omissão típica, antijurídica e culpável.

Acerca de concurso de pessoas, julgue os itens a seguir.

- 94 Se determinada pessoa, querendo chegar rapidamente ao aeroporto, oferecer pomposa gorjeta a um taxista para que este dirija em velocidade acima da permitida e, em razão disso, o taxista atropelar e, conseqüentemente, matar uma pessoa, a pessoa que oferecer a gorjeta participará de crime culposo.
- 95 Aquele que se utiliza de menor de dezoito anos de idade para a prática de crime é considerado seu autor mediato.

No que se refere a ação penal e extinção da punibilidade, julgue os itens seguintes.

- 96 Não é possível a concessão de anistia, graça ou indulto àqueles que tenham praticado crimes hediondos.
- 97 As causas de extinção da punibilidade, como a prescrição, a morte do autor do fato e a decadência do direito de queixa, podem ser reconhecidas de ofício pelo juiz.
- 98 Considere que Carlos tenha ameaçado seu amigo Maurício de mal injusto e grave, razão por que Maurício, na delegacia de polícia, representou contra ele. Nessa situação hipotética, sendo o crime de ação penal pública condicionada, se assim desejar, Maurício poderá retratar a representação até o oferecimento da denúncia pelo MP.
- 99 A anistia representa o esquecimento do crime, afastando a punição por fatos considerados delituosos, e constitui ato privativo do presidente da República.

A respeito dos princípios do direito processual penal e da ação penal, julgue os itens subseqüentes.

- 100 Na hipótese de o MP arquivar os autos de um inquérito policial, poderá o ofendido ajuizar ação penal privada subsidiária da pública.
- 101 O condenado pela prática do crime de estupro que recorrer da sentença penal condenatória não poderá ser considerado culpado da infração enquanto não transitar em julgado sua condenação.
- 102 Em processo penal, ninguém pode ser forçado a produzir prova contra si mesmo. Por outro lado, a recusa em fazê-lo pode acarretar presunção de culpabilidade pelo crime.

No que se refere ao direito processual penal, julgue os itens que se seguem.

- 103** Caso, em seu interrogatório, o acusado afirme que sua defesa será patrocinada por advogado particular, não haverá necessidade de o defensor apresentar o instrumento de mandato.
- 104** Se o acusado, devidamente intimado, não comparecer ao interrogatório, poderá ser conduzido coercitivamente por ordem do juiz.
- 105** Nos crimes de ação penal pública, não poderá o ofendido intervir no processo na qualidade de assistente, já que a titularidade da ação é do MP.

Julgue os próximos itens, relativos a citações e intimações.

- 106** O réu citado por edital é considerado foragido, impondo-se a decretação de sua prisão preventiva.
- 107** Em processo penal, se verificar que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça deverá certificar a ocorrência e proceder à citação com hora certa.

No que concerne aos prazos, julgue os itens seguintes.

- 108** Na contagem dos prazos em processo penal, não se computa o dia do seu começo, computando-se, porém, o do vencimento.
- 109** Configura-se constrangimento ilegal contra o réu solto o fato de não se proferir a sentença penal no prazo de dez dias contados do dia de conclusão do julgamento.

Com base nas disposições do Regimento Interno do TJDFT, julgue os itens a seguir.

- 110** Vencido o relator na questão principal, a lavratura do acórdão competirá ao prolator do primeiro voto vencedor.
- 111** Somente a Turma do tribunal tem autorização para rever jurisprudência compendiada em súmula.
- 112** Havendo divergência entre o acórdão subscrito pelo relator e as notas taquigráficas da sessão do TJDFT em que tiver sido tomada decisão em processo contencioso, prevalecerá o acórdão em detrimento das notas.

Consoante as disposições do Provimento Geral da Corregedoria aplicado aos juízes e ofícios judiciais do DF, julgue os itens seguintes.

- 113** É obrigatória, sob pena de nulidade processual, a publicação do inteiro teor da sentença no órgão oficial da imprensa.
- 114** À exceção do aniversário de Brasília, a comemoração de aniversário de cidade do DF não suspende o expediente forense na respectiva circunscrição judiciária.
- 115** O interessado estranho ao processo, não sendo advogado ou estagiário aluno de curso de direito, somente poderá consultar os autos que não estejam em segredo de justiça e, ainda assim, na presença do diretor de secretaria ou de servidor por ele designado.
- 116** Independentemente de requerimento prévio, é assegurada vista dos autos ao advogado constituído pela parte, ainda que o processo esteja concluso ao juiz.

A respeito da organização judiciária do DF e dos territórios, julgue os itens a seguir com base nas disposições da Lei n.º 11.697/2008 e suas alterações.

- 117** As atribuições dos oficiais de justiça incluem atuar como perito oficial na determinação de valores nos casos indicados em lei.
- 118** Os tribunais do júri compõem a justiça do DF e dos territórios.
- 119** Considere que determinado partido político com representação na Câmara Legislativa tenha ajuizado ação direta de inconstitucionalidade perante o TJDFT discutindo norma da Lei Orgânica do DF. Nessa situação, no processo e julgamento da ação, o procurador-geral de justiça deverá, obrigatoriamente, ser ouvido.
- 120** Caso esteja vago, o cargo em comissão de diretor da Secretaria de Ofícios Judiciais poderá ser ocupado por bacharel em direito, em administração ou em ciências contábeis, independentemente de o bacharel ser do quadro de pessoal do TJDFT.

PROVA DISCURSIVA

- Nessa prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

As recentes transformações que vêm se operando nas economias mundiais, com o crescimento do desemprego, a aparição de novas formas e(ou) a intensificação da pobreza, associados à chamada crise do estado de bem-estar social (*welfare state*), têm trazido à tona o debate acerca dos limites dos tradicionais programas sociais para responderem às crescentes demandas sociais, impondo, assim, novos dilemas para a intervenção pública. No Brasil, o tema da pobreza e destituição social vem assumindo lugar de destaque na agenda pública nas últimas décadas, não só devido ao número alarmante de pobres, mas também à centralidade adquirida pela discussão em torno da capacidade estatal em promover maiores níveis de equidade e justiça social.

Mônica de Castro Maia Senna *et al.* Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira. In: Revista *Katálysis*, v. 10, n.º 1, Florianópolis, jan./jun., 2007 (com adaptações).

Em algumas federações, o processo de construção do Estado-nação foi acompanhado de um compromisso com regras homogêneas nacionais. Tal como na Alemanha e na Áustria, o processo de construção do Estado-nação no Brasil concentrou autoridade decisória, assim como poder regulatório e de gasto, no governo central. A centralização de autoridade da União, ocorrida, na verdade, já no final da República Velha, derivou da percepção de parte das elites dos riscos para o conjunto da nação e da incapacidade das províncias periféricas de desempenharem funções governativas, seja na área social, seja na área econômica.

Na Constituição Federal de 1988, a despeito da decisão em favor da descentralização da execução das políticas, os constituintes preservaram ampla autoridade para as iniciativas legislativas da União. O caso brasileiro não constitui nenhuma peculiaridade. Na verdade, os estudos comparados revelam que a centralização é uma tendência entre as federações.

Marta Arretche. *Democracia, federalismo e centralização no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Fiocruz, 2012, p. 16-7 e 180 (com adaptações).

O art. 6.º da Constituição Federal de 1988 estabelece:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Considerando que os textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do papel do Estado em face da crise econômica mundial. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceito de estado de bem-estar social (*welfare state*); **[3,50 pontos]**
- ▶ políticas públicas implementadas pelo governo brasileiro para a redução das desigualdades sociais e econômicas; **[3,50 pontos]**
- ▶ efeitos das políticas sociais empreendidas pelo governo brasileiro. **[2,50 pontos]**

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos